



Centro Universitário de Brasília- UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde- FACES
Curso de Psicologia

**A experiência do homem acusado de violência doméstica que participou de um
grupo reflexivo para homens à luz da Gestalt-Terapia**

Isadora de Castro Habka

Brasília/DF
Dezembro de 2017

A experiência do homem acusado de violência doméstica que participou de um grupo reflexivo para homens à luz da Gestalt-Terapia

Isadora de Castro Habka

Projeto de Pesquisa elaborado e apresentado ao Centro Universitário de Brasília – UNICEUB como uma das atividades programadas para a disciplina de Projeto de Monografia do Curso de Psicologia.

Professora Orientadora: Ilesimara Moraes da Silva.

Brasília/DF

Dezembro de 2017

Sumário

Introdução	1
Violência doméstica no Brasil	4
Grupos reflexivos para homens	11
Violência doméstica sob a ótica da Gestalt-Terapia	15
Metodologia	21
Resultados	27
Discussão	36
Considerações finais	42
Referências	44
Anexo A	47
Anexo B	51
Anexo C	53
Apêndice A	54

Folha de avaliação

Autora: Isadora de Castro Habka

Título: A experiência do homem acusado de violência doméstica que participou de um grupo reflexivo para homens à luz da Gestalt-Terapia.

Banca examinadora:

Prof. M. Ilesimara Moraes da Silva

Prof. M. Miriam May Philippi

Prof. M. Camila Moraes

Brasília

Dezembro de 2017

Resumo

A violência doméstica é uma questão de saúde pública no Brasil. Muito tem sido feito na tentativa de diminuí-la e cessá-la, desde o movimento feminista, que conseguiu problematizar a realidade vivida pelas mulheres e discutir questões como o direito das mulheres, a sexualidade, até a conquista da Lei Maria da Penha. Percebe-se que a maioria das vezes o enfoque acerca da violência está na vítima e em como é possível auxiliá-la e ampará-la diante dessa situação. Dessa maneira a perspectiva do homem que também vivencia essa realidade, de outra forma, é pouco abordada. O presente trabalho procurou compreender, através da contextualização do fenômeno e da Gestalt-Terapia, a experiência de dois homens acusados de violência doméstica e, que tiveram como medida judicial, participar de um grupo reflexivo para homens. Foi utilizado o método fenomenológico de pesquisa para a realização de uma entrevista com cada participante, com auxílio do guião de entrevista semiestruturada. Os resultados apontaram aspectos muito similares na vivência singular de cada participante. Os grupos reflexivos para homens indicam boas possibilidades para se trabalhar os conflitos advindos do momento atual, que ora exige novas configurações sociais, e ora reforça os padrões patriarcais.

Palavras Chaves: Violência doméstica; Homens acusados de violência; Gestalt-Terapia.

De forma geral, esse trabalho procurou discutir a violência doméstica a partir da perspectiva do autor da violência. A violência doméstica contra a mulher é uma questão de saúde pública no Brasil (Mafioletti, 2010), sendo que uma em cada cinco mulheres reconhece ter sofrido algum tipo de violência praticada por um homem (Secretaria de Transparência, 2013).

Nesse trabalho, primeiramente, procurou fazer uma contextualização acerca do que é violência doméstica e como ela se dá, utilizando-se quatro teorias diferentes. São elas a teoria da dominação masculina, a teoria da dominação patriarcal, a teoria relacional e a teoria do ciclo da violência. A primeira procura explicar a violência a partir da premissa de que a mulher é objeto de dominação do homem, sendo assim vítima e cúmplice dessa realidade.

A segunda teoria converge com a primeira na questão de que a mulher é socializada dentro de um sistema de dominação, entretanto, discorda que ela seja cúmplice, já que nesse contexto ela é objeto de dominação. Nesse sentido a segunda teoria explica que a mulher é vítima, apesar de existir a possibilidade de ter uma autonomia para questionar essa realidade. A terceira teoria traz a reflexão de que a violência se dá por conta da relação como um todo, e não por conta do homem ou da mulher. A quarta procura explicar a relação violenta através do chamado ciclo da violência, que possui quatro fases que se alternam (Viza, Sartori & Zanello, 2017).

Após a exposição dessas quatro teorias com perspectivas que ora são opostas e ora se complementam, faz-se necessária a contextualização de como se deu o movimento feminista e de como esse movimento aderiu o termo “gênero” para falar das violências

praticadas contra a mulher, já que esse fala justamente da desigualdade entre homens na esfera sociocultural (Teles & Melo, 2002).

A partir da contextualização do movimento feminista também é revisitada a criação da Lei Maria da Penha e as possibilidades advindas da mesma. É ressaltado que essa Lei prevê a criação de grupos reflexivos para homens acusados de violência, entretanto, isso ainda ocorre muito pouco, devida a tendência ao encarceramento (Lopes & Leite, 2013).

É feito uma explanação da história da criação desses grupos, que antecedem a própria Lei Maria da Penha. Nesse sentido percebe-se que esses grupos ainda são escassos pela dificuldade de sistematização do modo de trabalho e também pela falta de preparo dos profissionais. Apesar disso, os resultados de trabalhos feitos com homens nesses tipos de grupo são extremamente positivos, diminuindo bastante a reincidência da violência doméstica.

Outro aspecto importante dos grupos, é que, a partir do enfoque feminista e de gênero, os homens são levados a responsabilização e conscientização de seus atos, criando formas mais saudáveis de se relacionarem com o mundo.

No terceiro momento, discute-se que as mulheres mudaram bastante sua forma de se relacionar e se posicionar na sociedade, por conta da luta por seus direitos e autonomia. Entretanto, os homens poucos mudaram. Isso acaba gerando mais conflito e sofrimento a todos, e torna muito claro que as configurações da masculinidade e feminilidade necessitam ser reajustadas, transformadas (Frazão & Rocha, 2005). É como Saffioti (2004), citada por Prates e Andrade (2013): diz:

As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se

trabalha exclusivamente com a vítima, sofrendo esta algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece sempre o que foi. Mantendo seu habitus, a relação pode, inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos veem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta. (Saffioti, 2004, p.68)

Nesse sentido, o objetivo desse estudo foi compreender como se deu a experiência de dois homens acusados de violência doméstica que foram encaminhados pela justiça para o grupo reflexivo de homens no CENFOR. Foi utilizado o método fenomenológico, através de um guião de entrevista semi-estruturada. Também foram discutidas a autorregulação dos participantes através da experiência vivida e as limitações e possibilidades que os grupos reflexivos para homens oferecem.

1. Violência Doméstica no Brasil

A violência contra a mulher no Brasil não é um fato novo. Na realidade é algo que acontece todos os dias. Mas o que é, então, violência? Em seu significado mais comum, quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade. É qualquer atitude ou ato que impeça outro indivíduo de realizar sua vontade ou force-o a realizar algo contra a sua vontade, constringendo-o de diversas formas. (Teles & Melo, 2002). Nesse sentido a violência contra mulher não é apenas algo que acontece todos os dias, mas também há muito tempo.

Segundo a Secretaria de Transparência (2013), uma em cada cinco brasileiras reconhece ter sofrido algum tipo de violência doméstica praticada por um homem. No Brasil, 80% dos casos de violência doméstica foram realizados pelo companheiro ou ex-companheiro.

Existem quatro teorias principais que tentam explicar como se deu o surgimento da violência contra a mulher no Brasil: a teoria da dominação masculina, a teoria da dominação patriarcal, a teoria relacional, e a teoria do ciclo da violência (Viza, Sartori & Zanello, 2017).

A teoria da dominação foi desenvolvida pela filósofa Marilena Chauí em 1985. Segundo ela, a violência contra a mulher surgiu como o resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida por homens e mulheres. Essa ideologia torna o ser mulher delimitado pelo discurso masculino. Ainda acrescenta que é a condição feminina entendida como naturalmente inferior à condição masculina, a responsável por colocar a mulher numa relação de dependência, subordinação e passividade em relação ao homem. Dessa maneira a mulher é vista, então, como objeto, e não como sujeito, tendo sua autonomia anulada. A partir daí a autora conclui que as mulheres ao

mesmo tempo são vítimas e cúmplices da violência, não por escolha, mas por serem instrumentos de dominação masculina (Viza, Sartori & Zanello, 2017).

Em sua teoria, Chauí explica que tal ideologia conseguiu tornar a condição inferiorizada da mulher como sendo natural a partir da associação das diferenças biológicas entre homens e mulheres às diferenças e funções sociais dos mesmos. A consequência disso foi a criação de desigualdades hierárquicas entre homens e mulheres: no exercício de poder, na posse e distribuição da propriedade, na divisão social do trabalho, no matrimônio, na política, etc. Por fim, essas desigualdades sociais definidas por nascer homem ou mulher, acabaram sendo entendidas como produtos naturais da lógica social (Viza, Sartori & Zanello, 2017).

Se olharmos para o passado, veremos que tais desigualdades existem há muito tempo, como citado anteriormente. Já na Grécia Antiga o exercício do poder político era feito apenas por homens, de maneira que as mulheres não eram consideradas nem cidadãs. Na Idade Moderna os homens foram trabalhar em fábricas e as mulheres ficaram responsáveis pelos trabalhos domésticos (Viza, Sartori & Zanello, 2017).

Apesar de muito ter mudado, ainda existe muito há mudar. Muitas mulheres são bem sucedidas e saem para trabalhar, porém, ao chegar em casa têm que realizar o trabalho doméstico e cuidar do marido e filhos, o que ainda é muitas vezes entendido como “um dever matrimonial”, caracterizando uma jornada dupla de trabalho. Além disso, a maioria das mulheres hoje em dia recebe menos que os homens. A pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD), realizada em 2014, apontou que, em média, as mulheres ganham 74% do que os homens recebem (Viza, Sartori & Zanello, 2017).

Segundo Viza, Sartori e Zanello (2017), esse dado corrobora com a segunda teoria explicativa da violência doméstica, desenvolvida por Saffioti, que entende que o modelo patriarcal além de ser um sistema de dominação é também um sistema de exploração. Para ela o patriarcado, racismo e capitalismo estão vinculados entre si, e a violência doméstica surge dessa articulação. Por exemplo: quando as mulheres e crianças eram submetidas a jornadas intensas de trabalho nos primórdios do capitalismo, ou o fato das tarefas domésticas não serem consideradas como trabalho, e, portanto, não estarem sujeitas a remuneração. Ou ainda por essas mesmas tarefas serem consideradas tipicamente femininas e ligadas à função natural da mulher de “cuidadora e rainha do lar”.

No trinômio patriarcado, capitalismo e racismo existem duas facetas: uma é reproduzir a dominação e exploração da mulher ao poder do homem, e a outra é a coisificação da mulher, onde sua imagem é associada a objetos de desejo do homem. Nesse sentido, Saffioti (1987) afirma, citada por Viza, Sartori e Zanello (2017), que as mulheres socializadas a partir de tal trinômio são vítimas, e não cúmplices da violência. E, apesar de serem socializadas dentro de tal ideologia, as mulheres têm autonomia o suficiente para questionar e resistir a essa distribuição desigual de poder e à própria violência.

A terceira teoria explicativa da violência doméstica surgiu em 1990 com Gregori, sendo chamada de teoria relacional. Indo além da dualidade vítima/agressor, agredida-passiva e agressor-ativo, a autora afirmou que os relacionamentos conjugais são de parceria e que a violência pode ser uma forma de comunicação, ainda que perversa (Gregori, 1990, citada por Viza, Sartori e Zanello, 2017).

Para Gregori (1990, citada por Viza, Sartori e Zanello, 2017, p.114), a violência que surge numa relação conjugal seria muito mais o resultado de um jogo relacional do que

uma luta de poder. Nessa relação a mulher tem autonomia e participa ativamente na relação violenta. Outro ponto destacado pela autora é que ao delimitar a mulher como vítima a análise da dinâmica da violência contra a mulher torna-se limitada e também não oferece alternativas para transformação ou superação da relação violenta. Foi a partir daí que o termo “vítima de violência doméstica” transformou-se em “mulheres em situação de violência doméstica”.

A quarta teoria explicativa da violência doméstica, desenvolvida por Walker em 1979, é a chamada teoria do Ciclo da Violência. Para ela, as relações conjugais são constituídas em um dinâmico sistema de interações, contradições e ambiguidades que podem propiciar não só o surgimento, mas um funcionamento cíclico da violência em determinado momento da relação (Viza, Sarotori & Zanello, 2017). A violência segue um ciclo de três etapas: a primeira é a “Construção da tensão no relacionamento”, seguida da “Explosão da Violência – Descontrole e destruição”, e “Lua de mel – Arrependimento do agressor(a)”.

Na primeira fase (Construção da Tensão no Relacionamento), pequenos eventos podem ocorrer como agressões verbais, crises de ciúmes, destruição de objetos, dentre outros. Nesse momento em que não se tem um tempo definido para terminar, a vítima frequentemente tenta acalmar o seu agressor. A segunda fase - a explosão da violência, descontrole e destruição - é marcada por agressões mais severas, é o momento em que a tensão atinge nível máximo e desse modo ocorrem ataques mais fortes. Em seguida, inicia-se a fase de lua de mel, que é caracterizada geralmente após o evento de violência física e o agressor se sente arrependido, demonstra remorso e medo de perder a companheira. Em muitos casos, é marcada por juras e promessas de que tudo vai mudar e que o evento não

vai mais se repetir e que ele voltará a ser a pessoa por quem a vítima se apaixonou. É importante lembrar que esse ciclo é apenas um padrão, porém em cada caso vai se apresentar de forma diferenciada (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005).

Enfim, as quatro teorias explicativas podem ser diferentes em certos aspectos e complementares em outros, porém, o importante é que grande parte dos estudos realizados entre 1980 e 1990 utilizaram como referência ora o conceito de Chauí e de Saffioti, ora o de Gregori e Walker. Com suas contribuições e limitações, essas teorias serviram de ferramentas para a problematização do fenômeno (Viza, Sartori & Zanello, 2017), que surgiu com o movimento feminista.

Tal movimento teve sua primeira onda no final do século XIX e começo do século XX, no Reino Unido e Estados Unidos. Foi marcada pela luta das mulheres pelo direito ao voto, que ficaram conhecidas como Sufragistas. Esse primeiro momento teve um caráter político-militante, e foi nele que o termo genérico “violência contra a mulher” foi criado (Viza, Sartori & Zanello, 2017). A segunda onda teve início nos anos 60 e foi a continuação da luta pelos direitos femininos.

O Brasil só entrou em contato de fato com o movimento a partir da década de 70, quando no ano de 1975 houve uma semana de debates sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade Brasileira”, com o patrocínio do centro de informações da ONU (Pinto, 2010).

Entretanto, foi nos anos 80 que o movimento feminista conseguiu uma grande visibilidade e espaço, onde vários grupos e coletivos abarcaram uma grande gama de temas como violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais, etc (Pinto, 2016).

Esse segundo momento foi marcado pelo aprofundamento teórico do fenômeno, com o intuito de sair do termo genérico e buscar olhares diferenciados capazes de particularizar as violências sofridas pelas mulheres com recorte privilegiado ora no lócus, ora no contexto, ora nos sujeitos envolvidos na situação de violência (Viza, Sarori & Zanello, 2017).

Já o terceiro momento do movimento feminista teve início em meados dos anos 90 e foi caracterizado pela busca de uma base constitutiva de todas as formas de manifestação violenta entre homens e mulheres. Foi na transição do segundo para o terceiro momento que surgiu o termo "gênero" (Viza, Sartori e Zanello, 2017).

Tal termo não deve ser confundido com o termo sexo. Este enfatiza as características e diferenças biológicas, como a anatomia e a fisiologia dos organismos que pertencem ao sexo masculino e feminino. Já o gênero contempla diferenças socioculturais existentes entre o sexo masculino e feminino, que se traduzem nas relações de desigualdade nas esferas públicas e privadas. Isso significa que as diferenças sexuais são dadas pela natureza, são naturais. O que o estudo das ciências humanas revela, então, é que a diferença entre sexos é natural, mas a desigualdade entre gêneros não é, portanto, pode ser transformada em igualdade, promovendo relações democráticas entre os sexos (Teles & Melo, 2002).

Na última década do século XX o movimento feminista passou por um processo de profissionalização, por meio da criação de ONGs (Organizações não governamentais) focadas, principalmente, na intervenção junto ao Estado, a fim de aprovar medidas protetoras para as mulheres e buscar espaços para uma maior participação na política. Além das Delegacias Especiais da Mulher, espalhadas pelo país, a maior conquista foi a Lei

Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de Agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Pinto, 2010).

A Lei Maria da Penha classifica cinco tipos de violência contra a mulher: Violência Física, Violência Sexual, Violência Moral, Violência Patrimonial e Violência Psicológica. A Violência Física é caracterizada por ferir e causar danos ao corpo. A Violência Sexual é caracterizada quando existe alguma situação onde o agressor obriga a vítima, através de comportamentos que a intimide, a presenciar, permanecer ou participar de relação sexual contra o seu desejo. Violência Patrimonial se configura pela destruição de bens, objetos, documentos, dentre outros. Violência Moral está relacionada a episódios onde a vítima sofre calúnia, difamação ou injúria. Violência Psicológica ou Emocional é a mais sutil, porém causadora de sérios danos pela razão de não ter um efeito momentâneo, mas sim acumulativo, e geralmente está presente em todas as outras violências citadas anteriormente (Moreira, Boris & Venâncio, 2011).

Com o aprofundamento das questões de gêneros, este conceito foi vinculado ao de poder, o que mostrou que as relações de desigualdade entre homens e mulheres no Brasil eram constituídas por relações desiguais de poder, exercido de forma majoritária dos homens para com as mulheres. Dessa maneira, as violências resultantes dessa relação desigual de poder foram denominadas de violência de gênero, onde estariam inseridas as outras violências sofridas pelas mulheres (Viza, Sartori & Zanello, 2017), contempladas na Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha possibilitou a criação de uma vasta rede de proteção, como centros de referência; núcleos de atendimento; casas-abrigo; casas de acolhimento provisório; delegacias especializadas; núcleos nas defensorias públicas; promotorias

especializadas; juizados especiais de violência doméstica e familiar, dentre outros. No entanto, essa rede ainda precisa de avanços em sua constituição. Ainda se faz necessária uma postura de maior comprometimento das instâncias judiciais no sentido de promoverem, além das medidas de caráter repressivo de acordo com o contexto da criminalidade, a aplicação de medidas de caráter educativo, visando mudanças estruturais no contexto da cultura de violência no Brasil (Lopes & Leite, 2013).

1.2 Os grupos reflexivos para autores de violência

Para que o serviço de proteção à mulher realmente ocorra, e cumpra sua função social, que é cessar a violência, as intervenções devem focar não só a ótica da vítima, mas também dos agressores. Apesar de conter nos artigos 35 e 45 da Lei Maria da Penha que o Estado poderá criar e promover centros de educação para autores de violência, e que o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de reeducação e recuperação, na prática isso ainda ocorre na minoria dos casos, por demandar metodologia própria e equipes especializadas, além da tendência ao encarceramento. Dessa forma os grupos de caráter educativo ainda são pouco aplicados, com algumas experiências espalhadas principalmente nas capitais brasileiras (Lopes & Leite, 2013).

No tópico anterior vimos que para que a política de enfrentamento à violência contra a mulher seja aplicada de forma integral, deve-se buscar a combinação e o equilíbrio das medidas de prevenção, proteção, assistência e punibilidade. Sem negar a necessidade de respostas penais, é importante destacar que somente estas não promoverão mudanças culturais, se aplicadas isoladamente, em detrimento de outras igualmente relevantes. Estudos no mundo inteiro já comprovaram o fracasso da prisão como intervenção preventiva e educadora (Lopes & Leite, 2013).

Tem-se conhecimento de que as primeiras organizações não governamentais a realizarem programas voltados ao trabalho com homens autores de violência no Brasil são o Instituto Albam de Belo Horizonte/MG, o ISER – Instituto dos estudos da Religião, o Instituto NOOS do Rio de Janeiro, e da Pró-Mulher, Família e Cidadania de São Paulo, sendo os dois últimos os pioneiros nessas atividades, e o último atualmente extinto (Prates, 2013).

Cada organização citada acima faz/fez um trabalho específico com homens autores de violência, em algumas delas existindo parceria com entidades governamentais. A existência de cada uma ocorreu em contextos diferentes. Porém, de maneira geral, todas as organizações focaram o trabalho com os autores de violência no processo de “reflexão responsabilizante”, como foi chamado pelo Instituto NOOS. Eles ainda definiram o trabalho feito da seguinte maneira:

Em linhas gerais o programa consistia na formação de grupos de reflexão, concebidos como espaços propícios à vocalização das experiências e valores associados a masculinidade, assunção de responsabilidades, à ampliação do autoconhecimento, a subjetividade masculina, à expansão de horizontes, à transformação da autoimagem e ao reenquadramento das perspectivas individuais (Acosta, Andrade & Bronz, 2004, p. 9).

Apesar de essa ser a definição do trabalho feito pelo Instituto NOOS, todas as organizações trabalharam com temas semelhantes, divergindo principalmente na metodologia. Todas essas organizações antecedem a Lei Maria da Penha, e têm sido adequadas à mesma de maneiras variadas, mesmo tendo a teoria feminista e a concepção de gênero embasando a maioria das intervenções.

Atualmente, com a existência de novos programas que trabalham com autores de violência, é possível ver que a temática dos grupos gira sempre em torno da reeducação e responsabilização, mas ainda funciona de maneira diversa, não existindo uma sistematização do funcionamento desses grupos. Prates (2013) entende que essa diversidade na metodologia dos grupos acontece porque apesar de a Lei Maria da Penha sugerir a criação e a promoção de centros de “educação” e “reabilitação” para os autores de violência e a possibilidade de determinação judicial para o comparecimento a tais programas, a mesma não aponta caminhos para a sua padronização, o que pode ser observada a partir da própria nomenclatura dada aos grupos: grupo reflexivo, grupo de homens, reeducação, responsabilização, reabilitação, tratamento, etc. Sobre essa questão Prates e Andrade (2013, p. 29) afirmam:

Apesar da falta de diretrizes gerais sobre o serviço para homens autores de violência contra a mulher, no âmbito da LMP – sobretudo no que se refere aos critérios de seleção e inserção dos participantes, enquadramento jurídico dos mesmos no grupo, metodologia, avaliação e monitoramento da intervenção – permite que o mesmo seja desenvolvido de formas variadas (Brasil/SPM, 2008). Assim, se por um lado, a existência desta ampla variedade de atuações sugere que a compreensão social a respeito da necessidade e importância de tal medida vem aumentando progressivamente, por outro lado, aponta para a morosidade de sua implementação como uma política pública.

No entanto, apesar das dificuldades trazidas, os autores salientam consequências positivas da experiência feita entre o ano de 2006 e 2008 na cidade de São Caetano do Sul, São Paulo. Essa experiência foi vinculada à justiça e os homens que participaram do grupo

passavam por um critério de inclusão e exclusão e eram encaminhados pelo juiz responsável para o grupo como uma medida judicial. O grupo teve a participação de 51 homens, havendo apenas um caso de reincidência e três casos de abandono. Esses foram alguns dos aspectos apontados como resultado da intervenção:

- A resistência inicial, pelo fato de participarem obrigados pela justiça, não inviabilizou o trabalho. A superação da resistência e integração no grupo ocorre com pouco tempo de participação;
- Aumento do nível de comunicação, informação e discussão da violência em geral e contra as mulheres;
- Maior compartilhamento entre os homens de problemas de ordem afetiva e familiar, havendo aumento no reconhecimento das dificuldades no trato com as mulheres e os filho(a)s;
- Construção de possibilidades de repensar papéis e comportamentos, principalmente no que tange a resolução de conflitos;
- Mudança no discurso, questionamento de valores e novos comportamentos. Por exemplo, na análise do discurso se constata a mudança de falas individuais e agressivas para coletivas, participativas e questionadoras da violência (Andrade & Barbosa, 2008, citados por Prates & Andrade, 2013).

A juíza Madgéli Frantz Machado, do Juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher na Comarca de Porto Alegre, em entrevista ao *Jornal da Lei* (2016), relata experiência parecida com a de São Caetano do Sul. Segundo ela, desde o início do trabalho 350 homens participaram dos encontros nos grupos reflexivos, e a reincidência foi apenas de um caso. Ela afirma que se tratarmos isoladamente a mulher não teremos condições de

romper com o ciclo da violência. É necessário realizar uma intervenção com os autores, pois essas pessoas irão manter a relação ou se separar, mas mesmo assim constituirão novos relacionamentos. Além disso, ao dar a chance de serem ouvidos, se consegue verificar a necessidade de um atendimento psicológico, um tratamento contra a drogadição ou alcoolismo, e esse espaço propicia isso. A fala da juíza converge com o que afirma Saffioti (2004) citada por Prates e Andrade (2013):

As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima, sofrendo esta algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece sempre o que foi. Mantendo seu habitus, a relação pode, inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos veem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta. (Saffioti, 2004, p.68)

Nessa perspectiva, os grupos reflexivos para autores de violência tem sido uma solução alternativa para o combate a violência doméstica e vem atuando com a proposta de responsabilização e conscientização afim de reestabelecer a saúde das relações futuras.

1.3 O fenômeno da violência doméstica sob a ótica da Gestalt-terapia

A Gestalt-Terapia é uma abordagem que concebe o ser humano em interação com o ambiente. Ele é concebido como um ser biopsicossocial dotado de múltiplas dimensões: física, afetiva, intelectual, social, cultural e espiritual. A experiência, o ser no mundo, caracteriza a imanente possibilidade de *awareness* (Frazão & Fukumitsu, 2015, p. 86).

Awareness é estar consciente, ter consciência, estar presente. É “o sentir espontâneo do que quer que surja em você. Do que você está sentindo, fazendo, planejando” (Perls, Hefferline & Goodman 1977, p 75, citado por Frazão & Fukumitsu, 2014). É a capacidade de perceber o que acontece interna e externamente no presente, seja em qual dimensão for: corporal, mental, emocional.

Para que haja *awareness* é necessário existir contato, embora o contato possa existir sem a *awareness*. (Perls, Hefferline & Goodman, 1998, citados por Frazão & Fukumitsu, 2015, p.86). O contato se dá por meio daquilo que a Gestalt-Terapia chama de funções de contato: visão, audição, olfato, fala, tato e movimento. É pelas funções de contato que nossa percepção se organiza e nossos sentimentos adquirem significado (Frazão & Fukumitsu, 2015, p.87).

Outro princípio da Gestalt-Terapia é a autorregulação orgânica. É ela que permite que o organismo se organize para buscar novos modos eficientes de satisfazer suas necessidades. O processo de autorregulação é, na verdade, uma grande forma de negociação e interação entre aquele ser que busca a resolução e o fechamento de uma situação de desequilíbrio, por meio de uma ação no ambiente no qual o organismo é parte. A autorregulação é um princípio homeostático de busca de equilíbrio que rege todos os funcionamentos do organismo (Frazão & Fukumitsu, 2014).

Para a Gestalt-Terapia, o Self é um sistema de contatos, através do qual o ser humano tem a possibilidade de se ajustar criativamente na fronteira-de-contato com o seu meio (Frazão & Rocha, 2005).

O atendimento das necessidades ocorre por intermédio do ajustamento criativo. O ajustamento criativo saudável implica em *awareness* das nossas necessidades, bem como ser capaz de priorizá-las de acordo com a hierarquia de necessidades.

Ao longo do desenvolvimento, a satisfação de certas necessidades pode rivalizar com a manutenção da relação com o outro. Quando isso ocorre, a pessoa busca, por meio do ajustamento criativo, formas diferentes de expressar suas necessidades e, ao mesmo tempo, manter a relação com o outro. Se essas tentativas falharem haverá conflito. Se isso acontecer repetidamente a expressão de necessidades pode ser distorcida ou até suprimida. Dessa maneira o ajustamento criativo deixa de ser funcional e se torna disfuncional, gerando conteúdos cristalizados e certa perda de sua natureza criativa (Frazão & Fukumitsu, 2015).

A Gestalt-Terapia entende que todo sintoma em algum momento já foi uma forma de se adaptar frente às limitações impostas pelo meio, tendo assim um caráter criativo. Isso significa dizer que por mais que o sintoma passe a ser disfuncional, inicialmente ele teve uma função, a qual ficou cristalizada. Dentro dessa concepção é que se encaixam os atos chamados “agressivos”, como a destruição e aniquilação. (Perls, Hefferline & Goodman 1997)

Perls, Hefferline e Goodman (1997) afirmam que a destruição tem o objetivo similar com o de digerir um alimento. Segundo os autores, todo organismo cresce em um ambiente onde incorpora, digere e assimila conteúdos novos, e isso exige a destruição da forma existente para obter os elementos assimiláveis a cada um, seja esse elemento uma comida, a influência de um pai ou a diferença entre hábitos de um companheiro e os nossos.

A destruição é necessária, pois ela permite que o organismo faça a digestão daquilo que é novo de acordo com o seu lugar num novo processo de funcionamento espontâneo. Se não houver esse processo de digestão da forma anterior, ou seja, da destruição e transformação da forma anterior, o organismo não assimila os novos conteúdos, e sim introjeta de maneira tóxica ou produz uma área sem contato. Quando isso acontece o organismo precisa recorrer à aniquilação daqueles novos conteúdos que agora fazem parte dele, e dessa maneira, aniquila a si próprio (Perls, Hefferline & Goodman, 1997).

Ainda assim, a própria aniquilação tem seu caráter criativo. Quando o organismo “assimila” conteúdos que não foram propriamente digeridos, e também não consegue removê-los e nem fugir dos mesmos, o organismo suprime sua própria *awareness*, mecanismo muito importante quando um mesmo objeto é necessário e ao mesmo tempo doloroso e perigoso para o organismo. Dessa maneira, “o organismo é obrigado a possuir sem desfrutar espontaneamente, a segurar sem ter contato” (Perls, Hefferline & Goodman, 1997, p 149). Os autores afirmam:

Um exemplo pode ser uma resposta à herança da família e do passado social: nutrindo forçadamente, e não de acordo com o seu próprio ritmo e necessidade, o self introjeta os pais e a cultura e não pode destruí-los, nem assimilá-los. Há identificações parciais múltiplas: estas destroem a autoconfiança, e finalmente o passado destrói o presente.

Apesar desse caráter criativo, a aniquilação é disfuncional, pois por mais que seja uma necessidade do organismo aniquilar o objeto que é uma necessidade e ao mesmo tempo um sofrimento, transformar tal objeto em nada, é sempre autodestrutivo, pois o

indivíduo dessa maneira transforma uma parte sua em nada também (Perls, Hefferline & Goodman, 1997).

Segundo Frazão e Fukumitsu (2015, p.87) o contato sem *awareness* resulta em um contato empobrecido. Vivenciamos ao longo de nossas vidas necessidades distintas e inter-relacionadas: as fisiológicas e as de natureza psicológicas. Ao longo do desenvolvimento, nossas necessidades tornam-se mais complexas e abrangem diferentes âmbitos de inserção social e cultural. Qualquer que seja a abrangência da necessidade, é no campo indivíduo-ambiente que ela se manifesta e se realiza (Frazão & Fukumitsu, 2015, p.87). Dessa maneira, com o contato empobrecido, a interação indivíduo-ambiente acontecerá com pouca qualidade.

O processo de tornar-se um indivíduo único decorre da qualidade da relação com o outro. Na medida em que o outro faz parte do ambiente, o que possibilita o desenvolvimento psíquico saudável é a interação saudável indivíduo-ambiente, Eu-não Eu, por meio da qual se dará a satisfação das necessidades (Frazão & Fukumitsu, 2015).

Por conceber o ser humano dessa maneira em interação com o ambiente, a Gestalt-Terapia, pode oferecer um referencial interessante para compreender as transformações das relações entre homens e mulheres, que ocorreram e ocorrem em função das transformações no campo histórico, cultural e político (Frazão & Rocha, 2005).

Rocha e Frazão (2005) discutem a necessidade, e realidade, emergente de uma reconfiguração social. Atualmente, faz-se necessário discutir mudanças macro e micro-sociais nas relações de gênero.

Os autores trazem que há apenas poucas décadas a mulher se transformou muito. Através da busca pela independência e pelos seus direitos, teve a oportunidade de se

preparar para as mudanças que vem acontecendo cada vez mais. O homem, por outro lado, encontra-se atualmente diante de um sistema patriarcal em colapso, que muitas vezes já não serve mais de referência, pois depara-se com a necessidade de encontrar outros significados para sua condição, e, ao mesmo tempo, debate-se ainda com uma série de injunções sociais que insistem em exigir que ele mantenha o *status quo*. Eles explicam:

Vítima de um “privilégio” patriarcal, que vai aos poucos perdendo seu poder de resiliência, o homem hoje também busca ajustar-se às novas relações de gênero, tentando dar conta, através do seu poder criativo, das demandas em sua própria condição (Frazão & Rocha, 2005, p.19).

Tais mudanças, necessárias e inevitáveis, têm criado vários conflitos nas relações entre gêneros e, ao mesmo tempo, oferecido uma boa oportunidade para o confronto de diferenças que, a partir dessa tensão, fazem emergir novas formas de relações.

Oddone (2005), afirma que além de a mulher estar ferida milenarmente, atualmente o homem também se encontra ferido. Dentro de sua perspectiva, eles, os homens, “são portadores de uma caixa preta da qual perderam o código”. Nela encontravam-se diretrizes de como e para que ser homem, que foram atualizados há muito tempo atrás. Segundo o autor, uma das maiores dificuldades hoje em dia é a força que a cultura tem ao reforçar repetidamente as crenças e os valores para cada função dos papéis que vivemos hoje em dia.

Devido a essa repetição, surgiu a patologia de gênero, onde o homem é muitas vezes visto como facilmente manipulável, acha que domina, é inseguro, etc. E a mulher é vista como sádica, se finge de burra, etc (Oddone, 2005, citando Muraro, 2002).

Já segundo Souto (2005, p.165), o que causou a patologia entre gêneros advém também de uma sociedade patriarcal. Porém, em seu ponto de vista, é em razão de um excesso de valorização da instância masculina em detrimento da feminina.

Aqui não se fala de homem ou de mulher, mas de masculino e feminino como atitudes. O masculino seria a ação, a organização, o foco. O feminino seria o acolhimento, a criatividade, a emoção.

Souto (2005) relembra um conceito importante em Gestalt-Terapia: o de polaridades. Enfatiza que a alienação de um pólo compromete o psiquismo. Se não há contato de boa qualidade com um pólo (feminino), não haverá com o outro (masculino). Crescimento e desenvolvimento implicam na ampliação, via awareness, do contato com aspectos alienados de si mesmo. Através de um processo, muitas vezes doloroso, de incluí-los e aceita-los como partes integrantes da pessoa.

É dentro dessa perspectiva, então, que se pretende compreender a experiência de homens acusados de violência doméstica.

Método

O método utilizado para conduzir essa pesquisa foi o fenomenológico. O termo fenomenologia originou-se das palavras gregas *phainomenon*, que pode ser entendida como “aquilo que se mostra por si mesmo”, o manifesto; e *logos*, sendo entendido aqui como “o discurso esclarecedor que se estabelece pela comunicação”. Dessa maneira, a palavra fenomenologia pode ser entendida como “o discurso esclarecedor a respeito daquilo que se mostra por si mesmo” (Martins & Bicudo, 1989, citados por Graças, 2000).

Essa modalidade de pesquisa usada como recurso metodológico tem o objetivo de investigar as vivências humanas de forma direta, não se prendendo a generalizações ou explicações casuais. Para que isso aconteça ela abdica quanto possível de pressupostos, teorias explicativas e hipóteses para “ir-á-coisa-mesma”, buscando a experiência consciente do indivíduo, que é vivida de modo único, pessoal. Essa experiência está contida no mundo subjetivo de cada ser humano e só pode ser conhecida através do que é revelado quando sobre ela se interroga. É um movimento em direção à compreensão e à interpretação do fenômeno descrito, e não sua explicação (Graças, 2000).

Existem diversas variações de método fenomenológico, sendo que nessa pesquisa buscou-se utilizar a versão de Amedeo Giorgi (1985), pois é um dos autores mais reconhecidos dentro da psicologia que tem utilizado a ferramenta fenomenológica na pesquisa empírica de maneira qualitativo-descritiva (Siani, Correa & Casas, 2016)

Segundo Giorgi (2006) é necessário primeiramente que se adote uma atitude fenomenológica. Feijoo e Goto (2014) descreveram essa atitude fenomenológica (*epoché*) como a suspensão de todo e qualquer posicionamento ontológico-epistemológico frente ao que se pretende investigar. Depois, trata-se de encontrar a instância do fenômeno que nos interessa estudar. No terceiro momento do método é necessário utilizar o exercício da variação livre da imaginação para poder reconduzir o fenômeno ao campo intencional onde ele se fez fenômeno e, assim, alcançar a sua essência, considerada como sentido/significação. Por fim é necessário descrever a essência do fenômeno que se alcançou por meio a todo esse processo (Feijoo & Goto, 2014).

4.1 Participantes

Foram selecionados 2 homens de idade entre 18 a 60 anos que tenham participado do atendimento Psicossocial no CENFOR, que é a clínica escola do Centro Universitário UniCEUB.

O critério de inclusão dos participantes no estudo foi ter sido acusado de algum tipo de violência doméstica (física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual), ter participado do atendimento psicossocial no CENFOR, por encaminhamento da justiça e concordar com a participação do estudo.

4.2 Local

Os dados foram coletados no CENFOR onde foi realizada a entrevista com os participantes e também onde foi feito o atendimento psicossocial com os mesmos.

4.3 Procedimentos

A seleção dos participantes foi feita a partir de um contato por telefone do CENFOR entre a pesquisadora e o participante.

Para a realização da pesquisa no CENFOR, foi solicitada autorização da coordenação do mesmo (ANEXO C).O projeto foi devidamente submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário do Distrito Federal – UNICEUB (ANEXO D).

Para a condução da entrevista foi utilizado o Guião Semi-estruturado (Apêndice A). Ele foi dividido em duas partes. A primeira consiste na recolha de informação contextual de cada participante (*Gênero, idade, escolaridade, estado civil*). A segunda parte foi destinada a descrição dos participantes relacionada à experiência de ter sido acusado de violência doméstica. O Guião semiestruturado para a realização da entrevista foi elaborado de maneira que os participantes tenham acesso ao tema base da pesquisa e qual a sua

finalidade, mas de maneira que evite o enviesamento de respostas por formulações antecipadas dos participantes.

Antes das entrevistas, os participantes leram e assinaram as duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO A) ficando uma via com o participante e a outra devolvida à pesquisadora. Além do TCLE, os participantes também foram solicitados a assinar uma autorização consentindo uso de seus dados para a pesquisa, que faz parte do protocolo de admissão no CENFOR (ANEXO B). Por fim, a pesquisadora pediu a permissão dos participantes para a gravação da pesquisa, explicando que tinha apenas o fim de analisar os dados posteriormente, mediante ao método utilizado segundo os autores Amadeo Giorgi e Daniel Sousa (2010). A entrevista não teve uma duração definida *a priori*.

4.4 Instrumentos

Os dados foram construídos a partir de informações coletadas na entrevista marcada com os participantes, seguindo o Guião semiestruturado de entrevista fenomenológica (Apêndice A).

No método fenomenológico, a entrevista tem o objetivo de adquirir descrições do mundo da vida do entrevistado e suas explicações e significados sobre os fenômenos descritivos (Giorgi & Sousa, 2010, citado por Fialho, 2012). Ainda segundo Fialho (2012), quando usado o Guião semiestruturado na entrevista, este tem o intuito de organizar mentalmente o investigador para que este tome conhecimento prévio das perguntas que serão feitas aos participantes, permitindo, assim, o acesso a respostas descritivas, ricas e completas.

O guião semiestruturado permite ao investigador conhecer, aprofundar e esclarecer melhor o que recurso metodológico que tem em mãos, evitando possíveis confusões do que deve perguntar e de como o deve fazer, orientando-o para uma construção organizada do que deve focar no decorrer da entrevista (Ranieri & Barreira, citado por Fialho, 2012).

4.5 Análise dos Dados

O método usado neste estudo foi baseado na aquisição de dados de investigação e da consequente transcrição e análise, de acordo com os pressupostos do método fenomenológico. Essa modalidade de pesquisa usada como recurso metodológico tem o objetivo de investigar as vivências humanas de forma direta, não se prendendo a generalizações ou explicações casuais. Durante a análise buscou-se seguir os passos recomendados por Fialho (2012).

O primeiro passo é *Estabelecer o sentido do Todo*. Ele consiste em descrever e apreender o sentido geral do protocolo, ou seja, face à transcrição, o investigador faz uma leitura, o mais completa possível, colocando-se na chamada atitude de redução fenomenológica. Essa, por sua vez, visa atingir a compreensão e apreensão geral das descrições relatadas pelos participantes. O objetivo principal nessa etapa é obter um sentido da experiência na sua globalidade (Fialho, 2012).

O segundo passo é chamado de *Divisão das Unidades de significado*. Após a apreensão do sentido geral do todo é necessário dividi-lo em partes. Essa divisão facilita a realização de uma análise mais aprofundada, explicitando os significados. Essas divisões dão origem às unidades de significado, que são identificadas como os aspectos psicológicos a serem analisados.

O terceiro passo é chamado de *Transformação das Unidades de significado em Expressões de Caráter Psicológico*. Neste passo o investigador terá a tarefa árdua de intuir e descrever fundamentalmente os significados psicológicos implícitos em cada unidade de significado. Segundo Fialho (2012) para este efeito,

recorre-se à ajuda da redução fenomenológica-psicológica e da variação livre imaginativa. O que é mais importante é que o investigador através de uma linguagem simples e concisa transforme essa mesma linguagem em expressões psicologicamente reveladoras. Deve-se evitar também reformular ou utilizar outras palavras para dizer o mesmo que o sujeito está a descrever, uma vez que o investigador deve manter uma linguagem descritiva, devendo expressar-se e desvendar os significados psicológicos que estão escondidos nas descrições originais.

Por fim, o último passo é chamado de *Determinação da estrutura geral dos significados psicológicos*. Em suma, o último passo deste método consiste numa síntese das unidades de significado psicológico, sabendo, no entanto, da importância da inter-relação existente entre todas as partes das unidades de significado psicológico (Giorgi & Sousa, 2010). Deste modo, o investigador irá proceder a um pequeno resumo do que consiste cada um dos constituintes essenciais evidenciados. Serão referidos um ou dois exemplos de citações dos participantes de cada constituinte, com o objetivo de elucidar a compreensão dos mesmos. Após a apresentação de resultados, o investigador procederá à sua discussão tendo sempre em vista o seu tema, indagando e procurando o encontro entre a literatura existente (Giorgi & Sousa, 2010, citado por Fialho, 2012).

Com base nesses passos, o presente estudo realizou as entrevistas com ambos os participantes, com auxílio de gravação em áudio. Após essa etapa, as entrevistas foram transcritas da maneira mais fiel possível. Após várias leituras das transcrições realizadas, buscou-se ter uma compreensão global do que foi relatado por cada participante.

Em seguida, buscou-se a construção dos Constituintes Essenciais, conforme apresentado a seguir: Revolta/Injustiça; Sobrecarga; Aspectos positivos; Ambiguidade acerca do que é violência doméstica e desigualdade de gênero.

Finalmente, intentou-se fazer considerações dos possíveis significados psicológicos apreendidos do discurso dos participantes e correlacioná-los com a literatura investigada, como apresentado a seguir em análise e discussão dos dados.

5. Resultados

A partir da análise das Entrevistas Transcritas aplicando o Método Fenomenológico de Investigação em Psicologia foram obtidos resultados que serão apresentados da seguinte maneira. O primeiro momento consiste na descrição da estrutura geral de significado, a qual descreve o modo como os dois participantes narram as suas vivências subjetivas com relação a experiência de ter sido acusado de violência doméstica. Após esta descrição da unidade geral de significados para os dois participantes, irá proceder-se à apresentação dos Constituintes Essenciais indicando quais foram os constituintes comumente vivenciados em todas as descrições referidas pelos participantes.

5.1 Descrição da Unidade Geral de significado para os dois participantes

As descrições dos participantes convergiram bastante, mostrando um elevado grau de semelhança nos seus relatos de sentimentos e pensamentos acerca da experiência. Da análise das descrições dos participantes, no estudo, destaca-se que nos vários aspectos comuns, evidenciaram-se sentimento de revolta e injustiça diante do processo de ser acusado de violência doméstica, mesmo que de forma subjetiva, pois cada um vive o Constituinte Essencial da sua maneira própria, apesar de existirem características comuns relatadas pelos dois participantes. Entretanto, as suas experiências vivenciadas no âmbito

da acusação de violência doméstica ultrapassam os sentimentos de revolta e injustiça inicial, de maneira que os dois participantes conseguiram apontar aspectos positivos, mesmo que diferentes, em toda a experiência vivida. O processo vivenciado por ambos, de terem sido acusados de violência doméstica e posteriormente serem encaminhados pela justiça para participar do Grupo Reflexivo para Homens no CENFOR, é descrito de forma paradoxal em muitos momentos, sendo permeado por aspectos negativos e positivos, mas que juntos criaram um potencial de transformação interior e de reflexão. No discurso dos dois participantes é evidenciado uma postura ambígua acerca da desigualdade de gêneros, que ora mostram que esta existe ainda nos dias de hoje, e por ora mostram que não é o que eles pensam de fato. Nesses momentos apresentam discursos naturalizados que o impedem de perceber a desigualdade nos próprios discursos. Além dessas semelhanças os dois participantes relataram que antes de serem acusados viviam situações de sobrecarga, cada um de uma maneira, e também vivenciaram a violência doméstica dentro da família na infância, reconhecendo em parte tais vivências como violência doméstica.

5.2 Constituintes Essenciais comuns entre os dois participantes do estudo

Em seguida, procede-se à apresentação dos constituintes essenciais comuns aos dois participantes. De acordo com o referido na metodologia, os constituintes essenciais são formados através das Unidades de Significado, as quais são retiradas das Transcrições das Entrevistas sendo transformadas em Expressões de Carácter Psicológico que determinam a compreensão psicológica das situações experienciadas. Ao longo das duas entrevistas fenomenológicas que serviram de suporte ao estudo destaca-se a existência de quatro constituintes essenciais, nomeadamente: Revolta/injustiça, Sobrecarga, visualização de aspectos positivos e postura ambígua acerca do que é violência doméstica/desigualdade de gênero.

Os Constituintes Essenciais:

- Revolta/ injustiça

Os dois participantes referiram que através da vivência de serem acusados de violência doméstica vivenciaram sentimentos e pensamentos de revolta e injustiça. Esses sentimentos e pensamentos foram relacionados com diferentes aspectos da experiência. Um dos aspectos citado foi o próprio fato de terem sido processados e terem vivenciado ser presos, conversar com delegados e serem julgados por juízes, além de terem que comparecer ao Fórum do TJDF de três em três meses e não poderem viajar até o fim do processo. Também relacionaram tal revolta com terem que encaixar na rotina o cumprimento da pena, que era comparecer ao grupo reflexivo para homens. E, por último, está revolta e sentimento de injustiça está relacionado com o fato de, em partes, acreditarem que o ato que cometeram não se encaixa na violência doméstica.

Para o *Participante 1* o sentimento de injustiça está relacionado com a crença de que o que estava escrito em seu processo não era verdade. Segundo ele, o processo dizia que ele cometeu agressão física, porém o mesmo nega, relatando que não houve agressão física. Além disso, relata ter se sentido humilhado e desrespeitado diante do juiz. Outra situação que gerava revolta no mesmo era ter que explicar para o chefe que toda sexta-feira teria que comparecer ao grupo e ouvir do mesmo que isso era mentira e coisa de homem sem vergonha.

Para o *Participante 2* o sentimento de revolta e injustiça está relacionado com a parte de ter sido levado até a delegacia e ter sido atendido pelo delegado diante daquela denúncia. Além disso, ficou bem revoltado com o fato de ter que comparecer no grupo justamente no dia mais difícil de sua semana, relatando, inclusive, que em alguns dias sente muito ansiedade por isso.

A tabela 1 representa o constituinte essencial do sentimento de injustiça/revolta vivenciado pelos participantes, através de nomes fictícios, expondo pequenas transcrições da entrevista realizada com cada um.

Tabela 1

Participantes	Citações dos Participantes
Ariel	<p>US3 – “(...) Ainda to indo, fui agora lá no Fórum. Tenho que ir lá assinar, não posso viajar, só se pedir autorização. E também não posso sair da cidade. De três em três meses tem que ir lá assinar. Igual preso mesmo (...)”.</p> <p>US4 – “(...) Porque pra mim, eu perguntei o que tava escrito lá, e aí ela “tal tal tal tal tal”, e aí eu só assinei a folha. Eu nem li. Tava escrito que era agressão (...)”.</p> <p>US5 – “(...)O problema é que tem que dar explicação toda vez, os patrão pensa que é zoação, que é sem vergonhice, eu não quer trabalhar até tarde (...)”.</p> <p>US8 – “(...)O mais difícil era ta no Forum. Ir lá, aguentar sapo, e você não poder falar nada, porque lá eles te humilham (...)”.</p>
Alex	<p>US30 – “ (...) Ai foi muito ruim. Me senti péssimo. Ter que ir lá, falar com delgado. Não gostei não. Aqui, tirando a parte que minha vida é muito corrida, eu tinha falado que podia ser todos os dias menos segunda, porque é o dia que eu dou plantão de noite, mas foi segunda mesmo assim (...)”.</p>

- Sobrecarga

Os dois participantes relataram vivências de sobrecarga anteriormente ao episódio de terem sido acusados de violência doméstica e também depois. Essa sobrecarga está relacionada com o tipo de profissão que cada um exerce e também com a dinâmica familiar de cada um. Além dessa sobrecarga física, existe um tipo de sobrecarga emocional, de forma que os dois participantes não exprimiam suas emoções de forma alguma.

Para o *Participante 1* a sobrecarga física se dá por conta do seu trabalho, onde existe apenas hora para entrar, mas não para sair. Na época em que foi acusado de violência

doméstica, a sua ex-companheira não trabalhava, de forma que ele era o responsável pelo sustento da casa. A sobrecarga emocional se dava por uma característica do participante 1 de não falar quando não gostava de algo, quando sentia raiva, etc. Ele lidava com essas questões tentando se distanciar, muitas vezes recorrendo a bebida alcoólica.

Para o *Participante 2* a sobrecarga está relacionada ao seu tipo de trabalho, tendo ele trabalhado em uma época em nove instituições diferentes e hoje em dia em cinco instituições. Além disso, ele é o único responsável por cuidar das questões de saúde do seu pai e sua mãe, que são ambos doentes, e possuem limitações de locomoção, e questões rotineiras, como fazer compras. A sobrecarga emocional está relacionada com essa questão da dinâmica familiar, mas também com o fato de que o participante 2 nunca teve o costume de falar sobre seus sentimentos com ninguém.

A tabela 2 representa o constituinte essencial da sobrecarga vivenciada pelos participantes, através de nomes fictícios, expondo pequenas transcrições da entrevista realizada com cada um.

Tabela 2

Participantes	Citações dos Participantes
Ariel	US5 – “(...)E para a gente que presta serviço para os outros, tem que obedecer né, não tem horário para sair não (...)” US6 – “(...) porque fui eu que construí, fui eu que comprei, era eu que trabalhava de Domingo a Domingo (...)” US14 – “(...) antes tudo ficava dentro de mim. Se eu tivesse raiva de alguém ficava dentro de mim. Se a mulher fizesse alguma coisa que eu não gostei também ficava dentro de mim (...)”
Alex	US24 – “(...)eu tive já nove empregos, hoje eu tenho um pouco menos, estou mais seletivo, mas ainda trabalho muito, trabalho de segunda a sábado (...)”.

	<p>US25 – “(...)eu que cuido tudo lá de casa, cuido do salário do pessoal, das compras, da aplicação, do dinheiro(...)”</p> <p>US28 – “(...)tenho, um irmão e irmã. Bom, eles abandonaram meus pais (...), eu que tenho que segurar (...)”.</p> <p>US34 – “(...)Só falava com amigos, mas pai, esposa, não. Tenho poucos amigos (...)”.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

- Visualização de aspectos positivos na experiência /mudança

Os dois participantes relataram que apesar dos sentimentos de injustiça, revolta e sentimentos negativos no geral gerados pela experiência de terem sido acusados de violência doméstica, conseguem vislumbrar aspectos positivos gerados a partir de tal experiência. Esses aspectos estão relacionados a uma visão de aprender com os problemas encontrados na vida e também com alguma mudança interior de cada um.

O *Participante 1* relata que na verdade aprendeu bastante com essa experiência. Ele percebe aspectos de si mesmo que antes não eram tão saudáveis e consegue reconhecer que em certas situações deveria agir de outra maneira. Se percebe hoje em dia mais saudável, tendo desenvolvido comportamentos que antes dessa experiência não tinha. Mostra uma postura de resiliência no enfrentamento dos problemas.

O *Participante 2* também mostra uma postura de resiliência no enfrentamento dos problemas, no sentido de que acredita que problemas sempre irão existir, e de alguma forma tudo é válido. Relatou uma pequena mudança em seu comportamento e novas formas de agir diante de situações parecidas a que vivenciou.

A tabela 3 representa o constituinte essencial dos aspectos positivos e da transformação vivenciada pelos participantes, através de nomes fictícios, expondo pequenas transcrições da entrevista realizada com cada um.

Tabela 3

Participantes	Citações dos Participantes
P1	<p>US7 – “(...)acho que não é briga pequena não, acho que toda mulher não gosta. Chegar bêbado e tarde em casa. E hoje eu não bebo mais (...)”</p> <p>US7 – “(...)aí é por isso que as vezes a gente pensa que as coisas vêm por mal mas vem por bem (...)”</p> <p>US10 – “(...)É... Comportamento. Porque no relacionamento tem dia que você ta meio cansado, tem briga, mas você tem que aprender a se controlar. Eu aprendi isso (...)”</p> <p>US13 – “(...)me sinto, me sinto melhor. Só tenho alegria. Eu lavo louça em casa. Antes não. Hoje a mulher lava roupa e eu faço o almoço e lavo a casa. Os dois lavam (...)”</p> <p>US13 – “(...)A gente sai junto. Antes eu ia para a balada, largava a mulher em casa, ía para as boates lá. Hoje eu não faço mais (...)”.</p> <p>US14 – “(...)Hoje não, eu já solto né. Eu falo “não gostei disso não viu”, um diálogo né. A gente aprendi isso né, aprende muito isso aqui também. Ter diálogo, conversar (...)”</p> <p>US17 – “(...)durmo cedo, acordo cedo também, mas outra vida né, eu gosto (...)”</p> <p>US19 – “(...)o abafamento. Isso aí faz mal pra pessoa. Isso que dava briga. Mas ela começava a gritar e eu deixava ela lá. Ela gritava mais. Aí ela ficava brigando lá e eu ia pro bar (...)”.</p> <p>US19 – “(...) foi uma fase. Igual eu falei, tem coisas ruins que acontecem que vem pro bem (...)”.</p> <p>US19 – “(...)hoje eu levo até rosas pra minha mulher. Virei até romântico (...)”.</p>

P2	<p>US34 – “(...)Acho que tudo é válido. Apesar do pessoal falar pouco.... Por que as vezes eu pergunto pra eles. Eles ficam meio assim, e falam que o espaço é meu, e não emitem muita opinião. Mas eu acho válido. Eu sempre fui mais calado, aqui eu tive que falar né (...)”.</p> <p>US39 – “(...)Acho que a pessoa tem que usar tudo o que ta acontecendo na vida dela ou o que aconteceu e tentar melhorar. Então se eu tenho esse espaço eu conto pra eles as coisas, apesar de ser basicamente um monologo. Eu já vejo como um ganho. Porque eu era muito tímido, muito fechado, eu melhorei um pouco (...)”.</p>
-----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

- Postura ambígua em relação ao o que é violência doméstica / desigualdade de gênero

No relato dos dois participantes foi possível notar opiniões ambíguas em relação ao o que é desigualdade de gênero e também violência doméstica. Muitas vezes relataram a crença de que o homem e a mulher não são diferentes e não devem ser tratados diferentes, onde não existem atitudes mais específicas de cada um. Entretanto, em outros momentos foi possível perceber no discurso “pontos cegos” em relação ao tema.

No discurso do *Participante 1* foi possível perceber que houve uma transformação na maneira de se pensar acerca do tema. Entretanto, a sua posição diante do assunto ainda se mostra ambígua, onde ao mesmo tempo existe a crença de que a mulher pode ser independente, realizar muito mais do que tarefas de cunho doméstico, e ainda dividir tais tarefas com o homem, e que na realidade, como a mulher não é objeto sexual do homem, ela é quem deve se valorizar. Nessa fala, onde a mulher é a responsável pelo tipo de relação que se estabelece com o homem, ainda existem resquícios de um machismo empurrado pela cultura. Além disso, ficou confusa a opinião do participante acerca do que é agressão.

O *Participante 2* relatou ter a crença de que a desigualdade entre homem e mulher já não existe mais. Quando relatou a vivência de violência doméstica na infância de seu tio para com sua esposa, a responsabilidade de tal atitude estava no fato de o mesmo ser alcoólatra, deixando-o isento acerca de suas ações nesse sentido.

A tabela 4 representa o constituinte essencial da ambiguidade no discurso dos participantes, através de nomes fictícios, expondo pequenas transcrições da entrevista realizada com cada um.

Tabela 4

Participantes	Citações dos participantes
Ariel	<p>US13 – “(...)Hoje tem mulher, a presidente nossa foi mulher, tem mulher que pilota avião. É isso, o machismo tem que acabar né. Eu minha parte, como se diz, passou a régua (...)”.</p> <p>US21 – “(...)Meu pai era. Ele já faleceu. Mas quando ele bebia, tentava ir pra cima dela. Mas a gente já era maiorzinho, não deixava não (...). Ele não chegou a agredir ela, eu entrei no meio. Só empurrou (...)”.</p> <p>US23 – “(...) Porque o homem as vezes quer a mulher só pra objeto sexual né. Igual uma amiga que falo pra ela não ficar com cara porque ele só quer isso, e ela diz que gosta dele, e eu digo que gostar não é sofrer não né. Mas já parei porque em briga de casal não se mete né. Hoje em dia a mulher não precisa mais aceitar e casar com quem não quer, mas ela tem que se valorizar (...)”.</p>
Alex	<p>US35 – “(...) Ah, eu não vejo muita diferença entre homem e mulher não. Acho que os dois são... Claro, as diferenças físicas são uma coisa, mas inteligência não (...)”.</p> <p>US42 – “(...) Eu só vejo as pessoas falando do salário, que o da mulher é menor que o do homem. Aí eu acho que depende muito, como se diz, aonde esta inserido isso? Na medicina não e assim... É tudo igual. Aonde que ta isso? (...)”.</p>

	US42 – “(...)Talvez quando eu era muito pequeno... Meu tio... Mas aí envolvia outros problemas, alcoolismo. Tinha esse contexto. A bebida talvez desencadeava a agressividade, e brigava com ela. Isso eu presenciei. Eu era bem pequeno (...)”.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

6. Discussão

Através dos dados contidos nas entrevistas foi possível compreender como se deram as vivências subjetivas dos participantes a partir da experiência de terem sido acusados de violência doméstica. Foi evidenciada, através dos resultados obtidos, a existência de quatro Constituintes Essenciais comuns aos participantes, ou seja, os significados comuns. No ponto que se segue procura-se estabelecer a conexão dos variados constituintes essenciais com as ideias, conceitos e pensamentos de vários autores, de modo a fundamentar os pontos comuns vivenciados na experiência de cada um.

Apesar de terem sido divididos em categorias, os quatro constituintes essenciais se mostraram todos inter-relacionados, de maneira que não é possível analisá-los separadamente uns dos outros.

A sobrecarga física e emocional vivenciada pelos dois participantes antes/durante/depois de terem sido acusados, os sentimentos de revolta/injustiça diante da situação vivida, a visualização de aspectos positivos e transformação diante do ocorrido e a postura ambígua em relação ao que é violência doméstica e desigualdade de gênero estão todos vinculados e se constituem mutuamente.

Segundo Perls, Hefferline e Goodman (1997, p.69) a definição de um organismo é a definição de um campo organismo/ambiente. Nesse sentido, ressalta-se que o contexto que os participantes se inserem ainda é de uma sociedade carregada de valores patriarcais, onde os papéis e funções de homens e de mulheres são definidas a partir de uma lógica que

entende tais aspectos como naturais de cada sexo. Nesse contexto, existe uma visão dualista de atitudes ditas “masculinas” e “femininas”, onde as masculinas são voltadas para aspectos como ser uma pessoa ativa, líder, dominadora, e femininas para aspectos como ser receptiva, emotiva, não competitiva, cuidadora, etc.

Sobre isso, Braz (2005, citado por Pimentel 2010, p. 151) afirma:

Tem de se considerar que a subjetividade masculina baseada na força, no domínio e mesmo no machismo não é constituída sozinha já que o homem nasce e cresce num caldo cultural que o empurra para esse papel.

Se olharmos para a questão da sobrecarga física, no sentido de trabalhar demais, podendo muitas vezes adoecer, como os dois participantes relataram, pode ser feita uma relação com esse contexto onde o homem deve ser uma pessoa ativa. Grossi (2004, citado por Pimentel 2010, p. 151) entende que essa questão de ser uma pessoa ativa também pode estar relacionada futuramente com a agressividade:

Uma das principais definições da masculinidade na cultura ocidental para o gênero é que o masculino é ativo. Ser ativo, no senso comum a respeito de gênero, significa ser ativo sexualmente (...). Para a constituição do modelo de masculinidade hegemônica em nossa cultura, atividade não diz respeito apenas à sexualidade; ela é também percebida positivamente como agressividade. Já na constituição da identidade de gênero na infância, observamos como o masculino se constitui pela hiperatividade dos meninos, que se confunde seguidamente com agressividade.

Pimentel (2010) complementa que a violência doméstica não está vinculada apenas a educação de gêneros dos homens, mas advém também de outros fatores de risco, como o alcoolismo, condição socioeconômica desfavorável, ausência de políticas públicas para o

trabalho, saúde, etc. Dentro do relato do participante 1 percebe-se os dois primeiros fatores de risco citados.

Percebe-se que a sobrecarga física comporta outros aspectos, como, por exemplo, a não expressão dos sentimentos acerca da situação. Matos (2001, p. 52) reflete que viver de acordo com os valores da masculinidade hegemônica tem aspectos positivos, como status, sucesso e independência. Em contraponto existe uma cobrança para ocultar a expressão de sentimentos, não chorar e calar o sofrimento. Os dois participantes relataram ter vivenciado situações de sobrecarga, e os dois relataram não falar muito sobre, não dialogar sobre seus sentimentos. Martins (et al, 2012) ressaltam que

Em uma sociedade "machista" e "patriarcal", como a brasileira, espera-se que o "homem de verdade" seja viril, corajoso, provedor, forte e invulnerável, não abrindo espaço para preocupações com a promoção da saúde, prevenção e tratamento de doenças.

Além dos aspectos citados, pensando ainda no contexto sociocultural, Alder e Badinder (1993, citados por Rocha, 2005), ressaltam que o processo de construção da masculinidade muitas vezes é frágil, secundária e adquirida, pois vivem sob o desafio de provar ser homem o tempo inteiro.

Rocha (2005) resalta que, nesse sentido, para que um homem consiga ser um homem, ele terá que conseguir discriminar o que não é ser homem, a partir de uma série de ajustamentos criativos. A partir daí pode-se dizer que nessa busca por provar ser homem e de ser homem o tempo inteiro, eles acabam vivenciando a polaridade masculina e alienando a feminina. Dessa maneira a plasticidade da fronteira de contato com o campo "gênero" é prejudicada, havendo então um contato empobrecido.

Essas questões também estão muito relacionadas com os Constituintes Essenciais “revolta/injustiça” e “ambiguidade acerca do que é violência doméstica e desigualdade de gênero”, justamente por conta desse contato empobrecido com o campo, um contato sem *awareness*, conforme o que é discutido por Frazão e Fukumitsu (2015).

Assim como foi percebido no relato dos dois participantes expressões de que não era justo terem sido encaminhados para o grupo sob o argumento de que não houve violência, Prates e Andrade (2013) mostram resultados muito similares no artigo intitulado “Grupos reflexivos como medida judicial para homens autores de violência contra a mulher: o contexto sócio-histórico”. Os resultados, de forma geral, apontam que os homens inicialmente se sentem vitimizados e injustiçados diante da medida judicial de participação no grupo, não se identificam autores de violência e apresentam concepções tradicionais do padrão de masculinidade hegemônica. Tudo isso esteve muito claro no discurso dos dois participantes. Entretanto, como o Participante 1 já havia concluído o processo e o Participante 2 estava ao final, essa categoria foi chamada de “ambiguidade”, pois a opinião acerca disso alternava em alguns momentos, mostrando ainda a necessidade de uma maior clareza.

Essa alternância também é percebida por Prates e Andrade (2013), que afirmaram que ao fim do grupo, este é percebido de maneira positiva. Completam, ainda, que a maioria dos homens refere conseguir adotar novas posturas diante de situações de conflito. Essa situação foi percebida na fala dos dois participantes do estudo, que ressaltaram bastante que com a participação no Grupo Reflexivo Para Homens, conseguiram mudar alguns aspectos de seus comportamentos. Ambos referiram que passaram a ter mais diálogo

e falar mais sobre o que sentem, promovendo uma nova forma de se relacionar com os outros.

Apesar de que a maioria dos grupos reflexivos para homens não seguem uma sistematização de funcionamento, todos eles perpassam pelo objetivo de destacar e desconstruir a ideologia patriarcal machista a partir da problematização das questões de gênero, visando a conscientização e responsabilização diante do ato de violência cometido (Prates e Andrade, 2013).

Nesse sentido, esse é um ambiente gerador de conflitos, oferecendo espaço para a construção e destruição de valores, já que o conflito é descrito por Perls (et al, citado por Frazão, 2005, p. 20) como uma colaboração que vai além do que se pretende, em direção a uma figura inteiramente nova.

Rocha (2005) afirma que o ser humano é uma unidade que parece necessitar da diversidade para crescer e se manter no ambiente através da integração de polaridades em um processo contínuo de formação e destruição de gestaltens. Nesse sentido, acredita-se que o espaço promovido pelo grupo reflexivo para autores de violência também é um espaço facilitador para a integração do polo masculino/feminino.

Apesar da grande contribuição da perspectiva de gênero, é relevante salientar o ponto de vista de Rocha (2005) acerca de que a diferença é o ponto crucial para a integração e encontro com o outro. Esse ponto é importante, pois, como o autor afirma, a maneira que homens e mulheres vivem suas identidades de gênero é uma questão existencial. O autor faz um contraponto no sentido de olhar para as questões de gênero no âmbito do existencialismo, e não mais do essencialismo, como foram tratadas por muito

tempo. Nesse sentido ele diz “não se trata de essência e sim de existência”, e dessa maneira sempre haverá espaço para a alteridade.

O autor também relembra que para a Gestalt-Terapia o Eu torna-se Eu em decorrência do Tu, mostrando que o mundo sempre será um lugar de possibilidade de encontro. Por esse motivo, a natureza da relação requer uma dose de diferenciação. Ele ressalta:

Esta dialética entre alteridade e subjetividade, entre o estranho e eu mesmo é fundamental, tanto de forma subjetiva como intersubjetiva na questão de gênero. Isso significa que masculinidades e feminilidades reinam no self como possibilidades subjetivas e acontecem de forma concreta, quando situadas no corpo de algum homem e de alguma mulher (Rocha, 2005).

Nesse sentido o autor também fala de um ser humano que é capaz de vivenciar o masculino e o feminino de forma integrada, alternando entre os mesmos quando a necessidade se faz presente.

Essa forma de funcionar, de maneira integrada com o masculino e o feminino, condiz muito mais com a caracterização de Self para Gestalt-Terapia do que a separada em opostos. Self é um processo pessoal e característico, maneira de reagir em dado momento e campo, não o “ser”, mas o “em-sendo-no-mundo” (Rocha, 2005).

7. Considerações finais

Alterações nos cenários econômicos, sociais e políticos ocorridos em várias partes do mundo ao longo das últimas décadas implicaram em mudanças nas formas que homens e mulheres se relacionam. Essas mudanças são marcadas pela luta que as mulheres vêm enfrentando (Frazão e Rocha, 2005), e aos poucos conquistando, por direitos iguais, profissionalização, autonomia e a busca pela igualdade de gênero, ou seja, pela igualdade na valorização do desempenho de papéis e funções sociais, sem que isso aconteça de forma diferente para homens e para mulheres.

Em conjunto com essas mudanças, percebe-se um crescente conflito na forma que homens e mulheres se relacionam, fenômeno que muitas vezes se materializa nas formas de violência doméstica. Nesse sentido percebe-se que a maioria dos trabalhos e intervenções são feitas pensando na vítima e não no autor da violência.

Buscando um olhar a partir dessa perspectiva, entendeu-se que os homens e também as mulheres crescem em uma sociedade onde o tempo inteiro são chamados e preparadas para viver de acordo com as expectativas sociais referentes aos papéis que devem desempenhar (Vasconcelos et al, 2016). Esses papéis perpassam pela questão de gênero, de maneira que o que se espera dos homens é que eles expressem comportamentos e características relacionadas à força, dominação, virilidade, invulnerabilidade, etc.

A partir de olhar da Gestalt-Terapia, é possível dizer que para que homem consiga discriminar o que é ser homem e apresentar tais características, o mesmo tem que passar por uma série de ajustes criativos que o ajude a discernir o que não é ser homem (Rocha, 2005), geralmente as atitudes relacionadas ao feminino, como expressar seus sentimentos, buscar ajudar, cuidar, entre outras. A partir daí o homem aliena sua polaridade feminina, o

que muitas vezes faz com que ele tenha um contato empobrecido com seu ambiente, que é permeado o tempo inteiro tanto pela instância feminina como masculina.

Nesse sentido é possível concluir que a princípio experiência de ter sido acusado de violência doméstica gerou sentimentos negativos nos participantes, pois os mesmo expressaram sentimentos de injustiça e revolta por terem sido acusados e encaminhados para o grupo. O fato de acreditarem que não cometeram violência e que a desigualdade não existe, é fruto do contato empobrecido com o ambiente.

Apesar disso, mesmo com as limitações dos grupos reflexivos para homens, decorrentes da falta de sistematização em relação ao método e a falta de critério de seleção (Prates, 2013), além das especificidades da instituição em que o grupo é desenvolvido, é possível perceber que a participação no mesmo oferece um espaço gerador de conflitos, criando a possibilidade de desconstrução das crenças acerca dos comportamentos esperados por homem e por mulheres, além de possibilitar uma vivência mais integrada dos aspectos femininos e masculinos, proporcionando uma relação mais saudável consigo e com o outro.

Esse estudo possui limitações no sentido ter sido realizado com apenas dois participantes e como um tempo curto para a realização das entrevistas, de forma que é possível, e necessário, realizar entrevistas que possibilitem um maior aprofundamento não só na experiência de ter sido acusado de violência, mas também na história do sujeito.

Referências

Acosta, F., Andrade, A. & Bronz, A. (2004). *Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero*. Rio de Janeiro: Rj-Brasil

Alvim, M. B. (2014) *Awareness: experiência e saber da experiência*. Em L. M. Frazão, & K. O. Fukumitsu (Orgs.) *Gestalt-Terapia: conceitos fundamentais* (pp. 13- 30) São Paulo: Summus.

Cabral, A.A. (2008) *Violência doméstica: aspectos destacados da Lei 11.340/06. Monografia do curso de Direito da Universidade do Vale de Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Políticas, campi de Tijucas.*

Feijoo, A. M. L. C., Goto, T.A., (2014) É possível a fenomenologia de Husserl como método de pesquisa em Psicologia? *Revista Psicologia: teoria e pesquisa, vol 32, n.4, pp-1-9.*

Fialho, I. F. (2012) Um estudo fenomenológico sobre o processo de desenvolvimento criativo em dança contemporânea. *Tese para obtenção de grau de Mestre em psicologia aplicada, especialidade clínica, ISPA.*

Frazão, L. M. (2015) Compreensão clínica em Gestalt-Terapia: pensamento diagnóstico processual e ajustamentos criativos funcionais e disfuncionais. Em L.

Frazão, L. M & Fumukitsu K. O. (2013) (Orgs.) *A clínica, a relação terapêutica e o manejo em Gestalt-Terapia.* (pp. 83- 103) São Paulo: Summus.

Graças, E. M. (2000) Pesquisa qualitativa e a perspectiva fenomenológica: fundamentos que norteiam sua trajetória. *Rev. Min. Enf., 4(1/2):28-33, jandez., 2000.*

Giorgi, A. (2006). Difficulties encountered in the application of the phenomenological method in the social sciences. *Análise Psicológica, 3(24), 353-36*

Jornal da Lei (2016), retirado de: http://jcrs.uol.com.br/conteudo/2016/07/cadernos/jornal_da_lei/509134-grupos-reflexivos-de-genero-para-homens-tem-reduzido-reincidencia.html

Lima, P. V. A. (2014) Autorregulação Organísmica e Homeostase. Em L. M. Frazão, & K. O. Fukumitsu (Orgs.) *Gestalt-terapia: Conceitos Fundamentais.* (pp. 88- 103)

Lopes, P.V.L., Leite, F. (2013) *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública.* Rio de Janeiro: Iser.

Mafioletti, T. M. (2010) Violência doméstica contra a mulher: um problema de saúde pública - a situação no Paraná – Fazendo gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 23 a 26 de Agosto de 2010.

Martins, G.A. (2008) Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. *RCO – revista de contabilidade e organizações – FEARP-USP*, V. 2, Nº 2: 8-18.

Matos, M.I.S. (2001) Por uma história de sensibilidades em foco: a masculinidade. *História: questões e debates*, Curitiba, nº 34, p. 45-63.

Moreira, V. Boris, G. D. J., & Venâncio, N. (2011). O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 398-406.

Oddone, H.R.B. (2005) Fronteiras do masculino: Gestalt experiências. Em L.M, Frazão e S.L Rocha (Orgs.), *Gestalt e Gênero: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade*, (pp. 77-90). Editora Livro Pleno.

Perls, F., Hefferline, R. & Goodman, P. (1997) *Gestalt-Terapia*. São Paulo: Summus.

Pimentel, A. (2010) Violência doméstica praticada por homens detidos na delegacia da mulher do Belém. *Revista abordagem Gestaltica – XVI(2)*, 148-156.

Pinto, C.R.J. (2010) Feminismo, História e Poder. *Sociologia e Política*, V. 18, Nº 36: 15-23.

Prates, P.L. (2013) A pena que vale a pena: alcance e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção de título de Doutora em Ciências. Universidade de São Paulo Faculdade de Saúde Pública.

Prates, P.P, Andrade, L.F (2013) Grupos reflexivos como medida judicial para homens autores de violência contra a mulher: o contexto sócio-histórico. Seminário Internacional fazendo gênero 10, Florianópolis.

Rocha, S.L. (2005) Gestalt e relações de gênero: a emergência de novas masculinidades e feminilidades nos modos de ser homem e ser mulher hoje. Em L.M, Frazão e S.L Rocha (Orgs.), *Gestalt e Gênero: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade*, (pp. 205-243). Editora Livro Pleno.

Secretaria de transparência DataSenado (2013) *Violência Doméstica e Familiar contra a mulher*. Retirado de

[https://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia Domestica contra a Mulher 2013.pdf](https://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf)

Senado Federal (2016) *Dialogando sobre a Lei Maria da Penha*, Senado Federal Via N-II, Unidade de Apoio V.

Siani, S.R., Correa, D. A., Casas, A. L. L., (2016) Fenomenologia, método fenomenológico e pesquisa empírica: o instigante universo da construção do conhecimento esquadrihada na experiência de vida. *Revista de administração da UNIMEP*, v.14, n.1, Janeiro/Abril – 2016, pp-193-219.

Soares, B.M. (2005) *Enfrentando a Violência contra a Mulher –Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres*. Retirado de

<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/enfrentando-a-violencia-contra-a-mulher-orientacoes-praticas-para-profissionais-e-voluntarios>

Souto, M.C.P. (2005) Homem/Mulher - Masculino/Feminino. Em L.M Frazão e S.L Rocha (Orgs.), *Gestalt e Gênero: configurações do masculino e do feminino na contemporaneidade*. (pp. 159-169), Editora Livro Pleno.

Teles, M.A.A., Melo, M. (2002) *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense.

Vasconcelos, A.C.S.; Monteiro, R.J.S; Facundes, V.L.D.; Trajando, M.F.; Gontijo, D.T. (2016) Eu virei homem!: a construção das masculinidades para adolescentes participantes de um projeto de promoção de saúde sexual e reprodutiva. *Saúde Soc. São Paulo*, v. 25, n.i, p. 186 – 197, 2016.

Viza, B.H., Sartori, M.C & Zanello, V. (2017) (Orgs) *Maria da Penha vai à escola*. Brasília: TJDF.

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Compreendendo a experiência de homem acusado de violência doméstica sob à luz da Gestalt-terapia

Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Pesquisadora responsável: Prof. Ilsimara Moraes da Silva

Pesquisadora assistente [aluna de graduação]: Isadora de Castro Habka

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa acima citada. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. A sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas caso queira desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) desse estudo, você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida autorizar a participação, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

O objetivo deste estudo é ampliar a compreensão do fenômeno da violência doméstica, focalizando a vivência do autor da violência, através de estudos da psicologia com foco na Gestalt-terapia.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em ter participado do grupo reflexivo para homens autores de violência oferecido no CENFOR
- A entrevista será realizada pela pesquisadora e será gravada em áudio com posterior transcrição
- A entrevista será realizada no CENFOR em horário previamente combinado com ao participante do estudo e disponibilidade do CENFOR..
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui risco médio que são inerentes do procedimento de entrevistas
- Medidas preventivas durante a realização da pesquisa, que se fará no segundo semestre de 2017, serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo aos participantes.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisará realizá-lo ou mesmo poderá abandoná-lo se assim lhe agradar.
- Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento a respeito da compreensão da violência doméstica e contribuirá para a formação e aprimoramento profissional da pesquisadora.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (registros de áudios, entrevistas etc;) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora Isadora de Castro Habka com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____ após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, _____ de _____ de _____.

Participante

Responsável pela pesquisa: Profa. Ilsimara Moraes da Silva, telefone institucional (61)
3966-1200

Orientanda: Isadora de Castro Habka
habkaisadora@gmail.com

Endereço das responsáveis pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907 – Campus Asa Norte – Bloco 9

Brasília – DF

ANEXO B – Termo de consentimento do Cenfor

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro estar ciente que:

1. Serei atendido no processo de _____, que será conduzido por um aluno / estagiário formando do curso de Psicologia do UniCEUB, que será orientado por um professor devidamente qualificado e inscrito no CRP – Conselho Regional de Psicologia.
2. Os atendimentos poderão ser observados através de uma sala destinada a este fim, para que o estagiário possa ser orientado pelo professor – supervisor e para que outros alunos possam também aprender com o acompanhamento do caso.
3. De acordo com os objetivos do Projeto de Estágio, os atendimentos poderão ser filmados ou gravados, para fins de acompanhamento da evolução do caso e/ou pesquisa.
4. O estagiário guardará segredo (sigilo profissional) em relação ao que for tratado nas sessões, exceto na supervisão.
5. Nos casos em que o cliente for inscrito no CENFOR por Instituições/ Empresas, o professor-supervisor poderá encaminhar laudos psicológicos a um outro profissional da mesma área, a critério da Instituição / Empresa e / ou a critério do próprio CENFOR.
6. Os casos atendidos no CENFOR, para serem divulgados publicamente, seja como relatório, artigo, monografia ou em simpósios, congressos, etc., deverão submeter-se à aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa.

Data: ____ / ____ / ____.

Aluno

Professor Orientador

Assinatura

Assinatura

Cliente: _____

Assinatura



ANEXO C – Ficha de autorização da instituição Cenfor



Faculdade de Ciências da Educação e Saúde | FACES
Atendimento à Comunidade | Psicologia

Brasília, 18 de Agosto de 2017.

DECLARAÇÃO

A aluna **ISADORA DE CASTRO HABKA, RA: 21261707**, desenvolverá uma pesquisa sob orientação da Profa. Ilsimara Moraes da Silva cujo título é A experiência de um homem acusado de violência doméstica sob a ótica da Gestalt-Terapia. Serão realizadas entrevistas individuais. De acordo com o projeto apresentado o participante não terá qualquer tipo de risco com a presente pesquisa. Entretanto o CENFOR Psicologia coloca-se à disposição para atendê-lo caso exista algum tipo de necessidade.

A pesquisadora responsável declara estar ciente das normas que envolvem as pesquisas com seres humanos, em especial a Resolução CNS nº 466/12 e que a parte referente à coleta de dados somente será iniciada após a aprovação da pesquisa por parte desse Comitê e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), se também houver necessidade.

Izane Nogueira de Menezes
Supervisora Geral de Estágio – CENFOR Psicologia

Centro de Atendimento Comunitário do UniCEUB –

SCS – Quadra 1 - Conj. A - 3º andar - Edifício União - Brasília-DF – Fone: (61) 3966-1626

www.uniceub.br – cenfor@uniceub.br



Na fabricação de papel reciclado, a quantidade de água equivale apenas a 2% da utilizada para a produção de papel alvejado.

Apêndice A- Guião Semi-Estruturado da Entrevista Fenomenológica

- Informação contextual :

Dados de identificação do participante: Género, Idade, Escolaridade, Estado Civil, dados familiares
- Investigar como o participante relata suas vivências relacionadas aos eventos anteriores que levaram ao atendimento no CENFOR
 - - Você pode dar um panorama de sua vida de antes e depois de ter sido atendido aqui no CENFOR?

3) Investigar como o participante relata q sua vivência a sua experiência no grupo de homens no CENFOR

3.1. Pode descrever-me, por favor, como se deu o seu atendimento aqui no CENFOR?

3.2. Como foi a experiência de participar do grupo de homens?

3.3. Se você pudesse sugerir mudanças ao grupo, o que você sugeriria?

4) Você teria alguma coisa para dizer aos indivíduos que estão vivenciando uma situação semelhante à sua?

5)) Leitura do poema “Necessitamos voar”, de Selma Ciornai:

Para cada mulher forte, cansada de aparentar fragilidade, há um homem frágil cansado de parecer forte.

Para cada mulher cansada de ter que agir como tonta, há um homem agoniado por ter eu aparentar saber de tudo.

Para cada mulher cansada de ser qualificada como um “ser emotivo”, há um homem a quem se tem negado o direito de chorar e de ser delicado.

Para cada mulher catalogada como pouco feminina quando compete, há um homem obrigado a competir para que não se duvide de sua masculinidade.

Para cada mulher cansada de ser objeto sexual, há um homem preocupado com a sua potência sexual.

Para cada mulher sem acesso a um emprego e a um salário satisfatório, há um homem que deve assumir o sustento de outro ser humano.

Para cada mulher que desconhece os mecanismos do automóvel, há um homem que não aprendeu os segredos da arte de cozinhar.

Para cada mulher que dá um passo em direção à sua liberação, há um homem que redescobre o caminho da liberdade.

A Humanidade possui duas asas: uma é o homem, e a outra é a mulher.

Enquanto as asas não estiverem igualmente desenvolvidas, a humanidade não poderá voar.

Necessitamos de uma nova humanidade. Necessitamos poder voar.